



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 3 • nº 26 • 17 a 23/09/2006 • ISSN 1809-6182

Resenhas

22/09/2006 – Deterioração das negociações entre Brasil e Bolívia em relação à nacionalização bolivianap.01

Resolução do Ministério dos Hidrocarbonetos acaba por prejudicar fortemente os esforços de negociação entre Brasil e Bolívia no que concerne ao decreto de nacionalização do dia 1º de maio de 2006.

21/09/2006 – A crise no Zimbábue: o fracasso da reforma agrária e a aproximação com a China.....p.04

A inflação no Zimbábue atingiu 1.204% ao ano no fim de agosto – a mais alta no mundo - acompanhada por uma taxa de desemprego acima de 70%. Segundo o FMI, o país vive há seis anos um contínuo decréscimo econômico. Em meio ao aumento da pobreza, falta água até para moradores de bairros ricos da capital Harare, serviços de Internet são suspensos porque a firma estatal de telecomunicações não pagou uma conta, o serviço secreto do governo infiltrou um partido de oposição, e industriais foram detidos por aumentarem preços.

Deterioração das negociações entre Brasil e Bolívia em relação à nacionalização boliviana

Resenha
Desenvolvimento / Economia e Comércio / Integração Regional

Raphael Rezende Esteves
22 de setembro de 2006

Resolução do Ministério dos Hidrocarbonetos acaba por prejudicar fortemente os esforços de negociação entre Brasil e Bolívia no que concerne ao decreto de nacionalização do dia 1º de maio de 2006.

As negociações entre a Petrobras, empresa estatal brasileira, e o governo boliviano foram prejudicadas por medidas tomadas pelo último. No dia 12 de setembro de 2006, o Ministério dos Hidrocarbonetos emitiu uma resolução referente à nacionalização do petróleo e do gás liquefeito de petróleo, confiscando a receita das refinarias da Petrobras e garantindo à empresa a condição de prestadora de serviços. A resolução estabelece que o pagamento efetuado por clientes das refinarias estrangeiras que operam no país sejam destinados ao Banco Central boliviano, para então ser repassado para as empresas, em conformidade com a legislação boliviana.

Em reação à medida tomada pelo governo boliviano, o Ministro de Minas e Energia do Brasil, Silas Rondeau, cancelou a viagem que faria à Bolívia com o objetivo de retomar as negociações no que concerne ao decreto de nacionalização boliviano. Uma nova reunião está marcada para o dia 29 de setembro. O posicionamento da empresa brasileira foi de inconformidade em relação à medida do governo, que acusava basear-se em inverdades como o argumento de que a

Petrobras agia na ilegalidade, contrabandeando combustível, ou de que a empresa teria tido lucros vultuosos ao longo dos anos de atuação na Bolívia.

Embora o prazo que as empresas têm para se adaptarem ao decreto de nacionalização encerre-se no início de novembro, já completam dois meses sem que as comissões técnicas criadas para discutirem o assunto reúnam-se.

Como consequência da pressão exercida pelo governo brasileiro os efeitos da resolução emitida pelo Ministério dos Hidrocarbonetos foram, a partir do dia 14, temporariamente suspensos. Em função dessa suspensão, o Ministro dos Hidrocarbonetos, Andrés Soliz Rada, renunciou ao cargo que ocupava no dia 15 de setembro. O ex-ministro alegou que a reação do Brasil foi desproporcional devido ao fato de o decreto de nacionalização já prever as medidas adotadas pelo seu antigo ministério. Entretanto, o governo brasileiro alega que as cláusulas do decreto restringiam-se à nacionalização da comercialização dos hidrocarbonetos.

De acordo com o decreto do dia 1º de maio, o Estado boliviano recuperaria a

propriedade dos recursos hidrocarboníferos, assim como a propriedade de toda a produção das empresas que atuem no território boliviano. Após a garantia da propriedade dos recursos por parte da Bolívia, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), empresa estatal boliviana, ficaria responsável pela comercialização, determinando as condições, volume e preços dos hidrocarbonetos, tanto para importação quanto para a exportação. O Estado boliviano também assumiria a direção da produção, transporte, refino, distribuição, comercialização, distribuição e industrialização dos hidrocarbonetos.

O novo Ministro dos Hidrocarbonetos boliviano, Carlos Villegas, assumiu o cargo declarando que a Bolívia não se submeterá à Petrobras. O programa de nacionalização ainda estaria em andamento, mesmo com a suspensão das medidas estipuladas na resolução do dia 12 de setembro. O Ministro afirmou também que as empresas que não se adequarem às imposições do decreto de 1º de maio até 1º de novembro não poderão mais operar no país.

Ainda que as negociações entre o Brasil e a Bolívia estejam dificultadas, a Superintendência de Hidrocarbonetos da Bolívia determinou no dia 21 de setembro que a Petrobras entregue mais gasolina à YPFB com vistas a resolver um problema de desabastecimento em cidades como Santa Cruz de la Sierra. Juntamente com a resolução da Superintendência de Hidrocarbonetos da Bolívia, o Presidente do país, Evo Morales, firmou um decreto no qual estabelece os mecanismos que impediriam a saída de combustível contrabandeado para países vizinhos, contrabando este responsável em grande parte pelo desabastecimento.

A imprevisibilidade do governo boliviano pode ter como consequência o afastamento do investimento internacional. No caso da Petrobras, cabe

analisar, conjuntamente com o processo de negociação com o governo boliviano, a dependência do fornecimento boliviano para o abastecimento do mercado brasileiro, assim como alternativas que possam diversificar as fontes dos recursos energéticos.

Primeiramente, o gás natural corresponde por 10% da matriz energética brasileira e, segundo o diretor de Gás e Energia da Petrobras, Ildo Sauer, a Bolívia é responsável por quase a metade do fornecimento do gás natural consumido no Brasil, sendo uma pequena parcela oriunda da Argentina. Deve-se salientar, contudo, que em alguns estados, como Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a totalidade do gás consumido é de origem boliviana. Conseqüentemente, a adaptação à uma hipotética interrupção no fornecimento de gás por parte da Bolívia acarretaria elevados custos de adaptação em alguns setores.

Em segundo lugar, embora a Petrobras invista na diversificação da matriz energética e em novas fontes de gás (Bacia de Santos e do Espírito Santo), esta diversificação é custosa, leva tempo e, não necessariamente conseguirá substituir a demanda por gás no Brasil, seja devido à menores reservas ou menor qualidade do produto extraído.

Como consequência dos investimentos da Petrobras nas atividades de exploração e produção do gás natural, Sauer aponta que a produção nacional de gás natural brasileira pode chegar a 70 milhões de metros cúbicos por dia em 2011 (registrou-se no mês de janeiro de 2006 uma produção diária de 46,985 milhões de metros cúbicos). Uma produção de 70 milhões de metros cúbicos diários, analisando a partir do consumo atual do país, praticamente cobriria a parcela de gás importada pelo país (25,816 milhões de metros cúbicos por dia).

Entretanto, deve-se ressaltar que mesmo que o Brasil aumente sua produção, o

acordo com a Bolívia garante que o Brasil importe o gás boliviano até 2019, mesmo que não o consuma.

Constata-se, pois, que uma alteração do fornecimento de gás ao Brasil como consequência do impacto de medidas mais incisivas do governo boliviano, como a nacionalização de refinarias, será mais custosa quanto menos diversificada for a matriz energética brasileira e mais dependente for o mercado brasileiro em relação ao gás boliviano. A partir do quadro atual, considerando os investimentos feitos no país para aumento da produção de gás natural, a acomodação do Brasil diante da alteração do fornecimento de gás claramente traria custos, porém em um espaço de tempo relativamente pequeno estes custos seriam superados pelo país.

Ver também:

16/02/2006 – [Bolívia e a nacionalização dos hidrocarbonetos \(Especial\)](#)

Referência

Sites:

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

<http://www.anp.gov.br/index.asp>

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Correio do Estado

<http://www.correiodoestado.com.br>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com.br>

Globo

<http://oglobo.globo.com>

La Razón

<http://www.la-razon.com>

La Nación

<http://www.lanacion.com.ar>

A crise no Zimbábue: o fracasso da reforma agrária e a aproximação com a China

Resenha
Economia e Comércio / Desenvolvimento

Frederico de Faria e Silva
21 de setembro de 2006

A inflação no Zimbábue atingiu 1.204% ao ano no fim de agosto – a mais alta no mundo – acompanhada por uma taxa de desemprego acima de 70%. Segundo o FMI, o país vive há seis anos um contínuo decréscimo econômico. Em meio ao aumento da pobreza, falta água até para moradores de bairros ricos da capital Harare, serviços de Internet são suspensos porque a firma estatal de telecomunicações não pagou uma conta, o serviço secreto do governo infiltrou um partido de oposição, e industriais foram detidos por aumentarem preços.

A inflação está completamente fora de controle, inda que o congelamento de preços em vigor torne ilegal o aumento em vários produtos básicos sem autorização prévia. Sete em cada dez trabalhadores estão desempregados. Na capital, falta água; nos computadores, Internet; nas padarias, pão. Em entrevista a televisão estatal no domingo dia 17, o Presidente comparou o FMI (Fundo Monetário Internacional) ao diabo – e uma equipe do FMI irá fazer uma visita ao país na semana que vem.

Esta é a República do Zimbábue. Última colônia britânica na África, tornou-se independente em 1980, tendo desde então o mesmo Chefe de Governo – o ditador Robert Mugabe.

Mugabe nega qualquer acusação. Em entrevista à *Associated Press* concedida logo após seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, nesta quarta-feira dia 20, Mugabe disse que “a seca e as sanções são a causa dos problemas de seu

país, não suas políticas”. Na mesma entrevista, informou que seu governo está combatendo a inflação. Segundo o diretor do Departamento do FMI para a África Siddharth Tiwari, a inflação no Zimbábue vai alcançar os 4.279% ano que vem. Mugabe também disse que não existe mais fome no país e que “temos uma agricultura de excedentes, de modo que existe milho suficiente no país”. Um editorial do *Financial Gazette*, jornal zimbabuense, informa que este ano o país terá de importar 170 mil toneladas de trigo e mais de 500 mil toneladas de milho para compensar a baixa produção.

Relações com o FMI

As relações de Harare com o Fundo Monetário Internacional enfrentam muitas dificuldades. A organização tem ameaçado o país de expulsão desde 2001, devido ao fracasso zimbabuense em pagar suas dívidas para com o Fundo. Contudo, na semana passada o país pagou os US\$ 9

milhões que devia à Conta Geral de Recursos do FMI, o que fez com que seu corpo executivo determinasse a permanência zimbabuense. De qualquer forma, subsiste desde fevereiro de 2001 uma dívida de US\$ 119 milhões para um outro fundo de redução de pobreza, do mesmo FMI. Por esta razão, os direitos de voto do Zimbábue no FMI estão suspensos há tempos – decisão que, conforme anunciado nesta quarta-feira 20 de setembro, permanece.

Na entrevista concedida em TV estatal no domingo dia 17, Mugabe acusou o governo britânico de querer usar as dívidas zimbabuenses no FMI para trazer uma mudança de regime em seu país. “É apenas em relação ao Zimbábue”, disse, “que o FMI tornou-se este monstro político que vimos inclinando sua cabeça para nos consumir”.

Ajuda internacional

No dia 13 de setembro, o governo anunciou que receberá um pacote de ajuda agrícola no valor de US\$ 490 milhões – sendo US\$ 200 milhões da China. Tiwari, do FMI, viu a iniciativa como sinal da “boa vontade por parte da comunidade internacional para ajudar o Zimbábue”. Por outro lado, um texto do *Financial Gazette* zimbabuense diz que embora os esforços para reunir os recursos sejam elogiáveis, terão sido “um exercício de futilidade” caso o Ministério da Agricultura não seja reestruturado e o ocupante da pasta, Joseph Made, demitido. “É por causa da incompetência de Made que a miséria e a fome têm atacado o Zimbábue por anos”, diz o editorial de 20 de setembro.

A maciça contribuição chinesa no pacote não é a toa: a aproximação entre Pequim e Harare já se faz há alguns tempo. Em abril de 2005, o país africano anunciou a compra de seis caças K-8 da China; uma compra de US\$ 200 milhões. A aproximação com países asiáticos – incluindo Irã e Coreia do Norte – se deve,

conforme Meera Selva do *The Independent* de Londres, à expulsão do país da *Commonwealth* de ex-colônias britânicas em 2002, levando-o a buscar novas parcerias para fugir do isolamento diplomático. Os zimbabuenses viajam hoje em ônibus chineses e calçam sapatos chineses, e empresas da China estão construindo geradores hidrelétricos e estradas por todo o país.

O isolamento da ditadura do sul da África, para além da expulsão da *Commonwealth*, é evidente. No primeiro semestre deste ano, o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, renovou por um ano sua ordem executiva de sanções ao país – que congela os ativos de mais de 100 pessoas e 30 entidades do Zimbábue. Adicionalmente, o Presidente Mugabe está proibido de pisar no solo de qualquer país da União Européia (UE). O FMI não empresta dinheiro ao país desde 1999.

Em contradição a sanções e isolamentos, o *Financial Gazette* informa que a UE compra 30% de tudo que o Zimbábue exporta – o que deu 261 milhões de euros a mais do que o Zimbábue comprou da UE em 2004. A UE é também o maior doador humanitário para o país. Adicionalmente, apesar das sanções e de ter condenado violações de direitos humanos no Zimbábue, “os Estados Unidos continuam a prover assistência humanitária”, relata a agência *Voice of America*.

Segundo a agência *Fin 24*, Mugabe quer com o novo embaixador do Reino Unido no Zimbábue, Andrew Pocock – que assumiu o posto em fevereiro – uma relação amistosa. “Precisamos de uma ponte com os britânicos”, teria dito ele, segundo oficiais.

Crise sócio-econômica

De acordo com relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) publicado em 2006, a expectativa de vida no Zimbábue é de 36 anos, a mais baixa do mundo. Em

grande medida, isto se deve à taxa de infecção por HIV de 33% nas pessoas entre 15 e 49 anos de idade - a mais alta do mundo. Surpreendentemente, o Zimbábue tem também a *menor* taxa de analfabetismo da África - dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) mostram uma taxa de alfabetização de 90% para o período 2000-2004¹. Uma tabela do *Central Statistics Office* do Governo do Botsuana usa esses dados para colocar o Zimbábue em primeiro lugar em alfabetização na África².

Todd Moss, do Centro para Desenvolvimento Global (*Center for Global Development*), diz que em 1980 o Zimbábue era uma economia robusta e diversificada, e estava em boa posição para liderar a África para o desenvolvimento. Contudo, o programa de reforma agrária instituído por Mugabe em 2000, que usou de violência e recompensou os amigos políticos do presidente, foi devastador. A reforma deu terra para centenas de milhares de fazendeiros - mas sem tratores, sem equipamentos agrícolas, sem fertilizante, e até mesmo sem sementes. Os latifundiários, quase todos britânicos, foram violentamente expulsos sem muito planejamento. Muitos saíram do país.

O colapso da agricultura ocasionado pela reforma agrária deixou prateleiras de padarias sem pão. Há escassez de trigo, óleo de cozinha, carne, leite e açúcar, informa o *Business Day*.

Além da falta de pão nas padarias, blecautes são ocorrências comuns, segundo a agência *News 24*.

O fato de que a TelOne, empresa estatal de telecomunicações, não pagou uma conta de US\$700 mil para uma companhia de satélites trouxe a Internet no Zimbábue a uma parada quase total. De acordo com

o *The Namibian*, não se sabe quando a TelOne irá pagar a dívida.

Falta de água

Na capital Harare, moradores de bairros ricos colocam baldes e recipientes em seus carros para levar água dos locais onde trabalham para casa. Os mais pobres precisam fazer os trajetos a pé.

“É agora comum”, relata o *The Herald* de Harare, “que pessoas dos subúrbios do norte [os bairros mais ricos] mantenham [em suas casas] barris e outros grandes recipientes cheios de água”. Por causa da busca por água em fontes não tratadas, pessoas estão vulneráveis a diarreia, coléria, disenteria e outras doenças. A Autoridade Nacional do Zimbábue para a Água (ZINWA) e o Conselho da Cidade de Harare (HCC) podem precisar de US\$4 bilhões para resolver a crise. Oito provedores de produtos químicos fundamentais para o tratamento da água cortaram o abastecimento devido ao não-pagamento de dívidas que chegam a US\$1,5 bilhão.

O Ministro para Recursos Hídricos e Desenvolvimento de Infra-Estrutura, Munacho Mutezo, disse ao *Financial Gazette* que o governo conversou com investidores chineses para acelerar a construção de uma barragem, com o objetivo de aprimorar os estoques de água.

Violência

Todas essas crises são administradas pelo governo Mugabe com uma considerável dose de violência. Na quarta semana deste mês de setembro, cinco industrialistas de alto escalão foram detidos pela polícia por mais de seis horas sob a acusação de aumento ilegal de preços. O serviço secreto do Zimbábue, a *Central Intelligence Organisation* (CIO), é acusado pelo partido de oposição *Movement for Democratic Change* (MDC) de infiltrar este último e incitar protestos violentos a partir dele - como forma de criar um bode expiatório e

¹ http://www.unicef.org/infobycountry/zimbabwe_statistics.html

² http://www.cso.gov.bw/html/liter_survey.htm

legitimar ações policiais contra a oposição. A polícia zimbabuense é acusada de ter espancado e torturado, na terceira semana de setembro, 15 líderes do Congresso Zimbabuense de Sindicatos (*Zimbabwe Congress of Trade Unions*). O Reino Unido e os Estados Unidos condenaram oficialmente os espancamentos e tortura.

O líder opositor Morgan Tsvangira, fundador do MDC, reuniu-se na quinta-feira dia 21 com cerca de vinte diplomatas africanos e ocidentais no quartel-general de seu partido, com o objetivo de produzir um apelo para que a comunidade internacional aumente sua pressão sobre Mugabe.

Segundo Todd Moss, do Centro para Desenvolvimento Global, o que a comunidade internacional precisa é de um “plano pós-Mugabe”, à guisa de um plano pós-conflito. O ditador tem hoje 82 anos.

Repercussões

A crise sócio-econômica no Zimbábue pode ter diversas repercussões negativas na região. Especula-se, por exemplo, sobre as massas de refugiados zimbabuenses que migram ou ainda irão migrar para o país mais próspero do continente, a vizinha África do Sul.

Para o articulista Roger Bate do *The Weekly Standard*, a África do Sul está abdicando de suas responsabilidades de potência regional ao adotar uma postura de “calar e consentir” em relação à ditadura de Harare. “Não é mais impensável”, escreve ele, “que o Congresso Nacional Africano, o partido que atualmente lidera, o partido de Nelson Mandela, possa seguir o caminho tomado pelo ZANU-PF [o partido de Mugabe]”. Assim, a convivência com a Doutrina Mugabe pode representar um recuo na democracia no sul da África como um todo.

O afastamento do Zimbábue da *Commonwealth*, dos Estados Unidos, da UE e do FMI despertou a necessidade de

buscar novos parceiros. Incapaz de buscar novos empréstimos com as instituições financeiras internacionais e sofrendo sanções e reprimendas por parte das potências ocidentais, o Zimbábue preencheu o “vácuo diplomático”, por assim dizer, olhando para o leste. As diversas parcerias com a China representam o avanço dos interesses chineses no sul da África, estendendo a influência de Pequim sobre outro continente. Isto é um passo na direção de elevar o *status* da China de potência regional para superpotência mundial.

Acompanhar os futuros desdobramentos políticos no Zimbábue, portanto, é útil em pelo menos dois aspectos. Primeiro, avaliar o estado das instituições democráticas na região. Segundo, compreender os interesses chineses na África. Uma mudança de regime pode reorientar a política externa do país em direção às potências ocidentais; a continuidade da ditadura pode significar o avanço dos interesses extracontinentais de Pequim.

Referência

Sites:

All Africa

<http://allafrica.com/>

Business Day

www.businessday.co.za

CSO Botswana

www.cso.gov.bw

Fin 24

www.fin24.co.za

Find Articles – The Independent, The Weekly Standard

www.findarticles.com

International Herald Tribune

www.iht.com

OMS

www.who.int

UNICEF

www.unicef.org

Voice of America News

<http://www.voanews.com/>

ConjunturaInternacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tórres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lígia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>

